

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

INTERESSES REGIONAIS E INDEPENDÊNCIA: O CASO DE
PERNAMBUCO

DAN WOLF MESSER

NÚMERO DE MATRÍCULA: 1012353

ORIENTADOR: MARCELO DE PAIVA ABREU

DEZEMBRO DE 2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

INTERESSES REGIONAIS E INDEPENDÊNCIA: O CASO DE
PERNAMBUCO

DAN WOLF MESSER

NÚMERO DE MATRÍCULA: 1012353

ORIENTADOR: MARCELO DE PAIVA ABREU

DEZEMBRO DE 2013

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.”

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador Marcelo de Paiva Abreu que sempre foi muito atencioso com as minhas dúvidas relacionadas à monografia e contribuiu de forma decisiva ao sugerir modificações e propor referências que se mostraram de grande valia para a conclusão do trabalho.

Em segundo lugar, gostaria de mencionar as minhas irmãs Debora e Denise que sempre foram uma fonte de inspiração para mim e que possa ser tão bem-sucedido quanto elas são em suas vidas.

Em terceiro lugar, gostaria de agradecer ao meu pai Dario por ser o meu maior ídolo. Ele sempre será uma fonte de estímulo na minha vida profissional e espero ser o pai tão especial que ele é para mim.

Por fim, gostaria de agradecer à minha mãe Rosane e à minha namorada Rachel. Sem o apoio delas, nada seria possível. À Rosane, por sempre me mostrar o lado bom da vida e me aconselhar nos momentos mais difíceis. À Rachel, pela paciência nos tempos em que estive preparando a monografia e por sempre estar ao meu lado em todas as situações da minha vida.

Sumário

1. Introdução.....	7
2. Revisão Bibliográfica	9
2.1. O federalismo pernambucano entre 1817 e 1824	10
2.2. A distribuição regional das receitas e despesas do governo imperial entre as regiões Norte e Sul.....	11
2.3. Declínio da indústria açucareira em Pernambuco.....	12
3. Receitas e despesas do Império na província de Pernambuco.....	14
3.1. Receitas e despesas do Império na província de Pernambuco entre os anos de 1828-1829 e 1833-1834	14
3.2. Transferências líquidas de Pernambuco para o Império, em contos de réis entre os anos de 1828-1829 e 1833-1834.....	17
3.3. Comparação com as evidências de Villela (2007) e Tavares Bastos (1870)	18
4. Importações e exportações do Império na província de Pernambuco	20
4.1. O comércio exterior de Pernambuco antes de 1822.....	20
4.2. O comércio exterior de Pernambuco pós-independência.....	22
4.3. O comércio exterior de cana de açúcar em Pernambuco no pós-independência .	24
5. Impacto da taxa de câmbio na província de Pernambuco	28
5.1. Análise do conceito de custos dos recursos domésticos: uma abordagem teórica	28
5.2. Aplicação do conceito de custos dos recursos domésticos na província de Pernambuco: abordagem de Leff (1991)	29
6. Conclusão	32
7. Anexo Estatístico.....	33
Referências Bibliográficas.....	38

Lista de tabelas

Tabela 3.1 – Tipo de receita arrecadada pelo governo central, em mil réis, na província de Pernambuco entre 1828-1829 e 1833-1834.....	15
Tabela 3.2 – Despesas tipo A do Império, em mil réis, na província de Pernambuco entre 1828-1829 e 1833-1834.....	16
Tabela 3.3 – Despesas tipo B do Império, em mil réis, na província de Pernambuco entre 1828-1829 e 1833-1834.....	16
Tabela 3.4 – Transferências líquidas entre as regiões e o governo central, em contos de réis, entre 1844-1845 a 1889	19
Tabela 4.1 – Importações e exportações de Pernambuco de e para Portugal, em contos de réis, entre 1796 e 1819.....	21
Tabela 4.2 – Comércio de cabotagem no porto de Pernambuco, em contos de réis, entre 1845-1846 e 1848-1849.....	23
Tabela 4.3 – Comércio de navegação de longo curso no porto de Pernambuco, em contos de réis, entre 1845-46 e 1848-1849.....	23
Tabela 4.4 – Comércio de cabotagem no porto de Pernambuco, em contos de réis, entre 1869-1870 e 1874-1875.....	24
Tabela 4.5 – Comércio de longo curso no porto de Pernambuco, em contos de réis, entre 1869-1870 e 1874-1875.....	24
Tabela 4.6 – Vendas de açúcar por Pernambuco para o mercado externo entre 1836-40 e 1906-10.....	25
Tabela 4.7 – Pernambuco no mercado mundial de açúcar entre 1841-45 e 1906-10.....	26
Tabela 4.8 – Vendas de açúcar em Pernambuco para o mercado doméstico	27
Tabela 5.1 – Custo de importar diretamente um carro versus custo de importar as peças e componentes para fazer o carro domesticamente em unidades da moeda fictícia P ...	29
Tabela 7.1 – População de Pernambuco e do Império, em habitantes, entre 1828 e 1834	33
Tabela 7.2 – Produção de açúcar de beterraba, em toneladas métricas, por país	34
Tabela 7.3 – Continuação da produção de açúcar de beterraba, em toneladas métricas, por país	35
Tabela 7.4 – Produção de cana de açúcar, em toneladas métricas, por país.....	36
Tabela 7.5 – Continuação da produção de cana de açúcar, em toneladas métricas, por país.....	37

Lista de gráficos

Gráfico 3.1 – Transferências líquidas de Pernambuco para o Império, em contos de réis, entre 1828-1829 e 1833-1834.....	17
Gráfico 4.1 – Balança comercial de Pernambuco com Portugal, em contos de réis, entre 1796 e 1819	21

1. Introdução

A independência do Brasil é um tema muito estudado pela literatura especializada¹. Há relatos de províncias que se rebelaram em busca de autonomia e o estabelecimento da Conferência do Equador em 1824, composta majoritariamente por províncias do Norte, é um exemplo da dificuldade dos estados em aderir ao projeto de independência proposto por José Bonifácio de Andrada e Silva.

Nessa monografia, será estudado o caso de Pernambuco. Partindo da obra de Mello (2004), que foca no federalismo pernambucano de 1817 a 1824, a monografia procurará analisar empiricamente dados referentes às despesas e receitas do governo central em Pernambuco, as importações e exportações para as demais províncias e para o exterior e o impacto da taxa de câmbio no desempenho da economia local.

O objetivo será analisar se Pernambuco ficaria em situação econômica mais favorável se ficasse independente do Brasil. De fato, Pernambuco trilhou um caminho descendente a partir do final do século XIX, perdendo espaço para a indústria cafeeira no Vale do Paraíba e, posteriormente, no Oeste Paulista.

Os dados mostram que, entre 1796 e 1819, Pernambuco era uma das províncias que mais geravam superávits comerciais na colônia brasileira. Já o Rio de Janeiro, em média, era deficitário. O que se observa, entretanto, é que a última foi escolhida pela família real como sua sede e usufruiu de todos os benefícios de tal condição. O ponto desenvolvido é que alguma província deveria sustentar os gastos excessivos da província fluminense e Pernambuco surge como uma das possibilidades. O argumento torna-se ainda mais forte dada as declarações de líderes pernambucanos condenando o tratamento diferenciado que o governo dava ao Rio de Janeiro, o qual foi chamado de “parasito do Império²”.

Já os dados a partir da década de 1840 mostram que a exploração econômica de Pernambuco por parte do governo central só se acentuou. A análise dos dados fiscais

¹ Pimenta (2009) apresenta as diversas interpretações a respeito do projeto de independência. Em especial, o autor destaca os avanços já realizados na análise do período, como os estudos feitos separadamente em estados como Pernambuco, Bahia e São Paulo, além dos que focam na participação dos diferentes setores sociais, diferentemente da interpretação tradicional que foca nas elites brasileiras.

² Mello (2004, p.29)

ilustra uma província que pagava excessivos impostos ao Império, mas não recebia uma contrapartida via aumento dos gastos federais na região. Já a análise dos dados referentes aos comércios de cabotagem e longo curso³ mostra que os saldos comerciais externo e interprovincial foram majoritariamente positivos ao longo da amostra, especialmente entre os exercícios 1845-1846 e 1848-1849. O argumento postulava que Pernambuco teria superávit no saldo comercial externo e déficit no saldo interprovincial, mas esse não foi o caso. Por fim, a análise da taxa de câmbio indica que seu nível era muito mais favorável para a indústria cafeeira do que para a açucareira.

A monografia é composta por sete seções, incluindo essa introdução. A seção 2 mostra um resumo das obras utilizadas nessa monografia. A seção 3 analisa os dados referentes às receitas e despesas do Império em Pernambuco. A seção 4 analisa os dados referentes às importações e exportações do Império em Pernambuco. A seção 5 analisa o impacto da taxa de câmbio sobre Pernambuco utilizando como base o argumento proposto por Leff (1991). A seção 6 conclui a discussão. A seção 7 é um anexo estatístico com tabelas que não foram mostradas nas seções.

³ A definição dos termos cabotagem e longo curso estão explicitados na seção 4.

2. Revisão Bibliográfica

A monografia procura avaliar se Pernambuco iria ficar em situação econômica mais favorável se não fosse parte do território brasileiro. A ideia surgiu da análise da obra do historiador Evaldo Cabral de Mello (2004). Em resumo, o ponto é que a adesão da província ao projeto de independência proposto por José Bonifácio de Andrada e Silva foi de extrema complexidade e contou com a oposição de setores influentes na região. Diferentemente do autor que não apresentou evidência empírica, essa monografia utiliza dados para avaliar sua tese.

Para a seção referente às despesas e receitas do Império em relação à Pernambuco, a referência foi o artigo de André Villela (2007). A obra de Tavares Bastos (1870) foi utilizada como complemento ao texto supracitado. Em relação aos dados, as estimativas para a população pernambucana foram retiradas da dissertação de mestrado de Heitor Pinto de Moura Filho (2005) e para a população do Império da obra de Giorgio Murtara (1941).

Já em relação à seção referente às importações e exportações de Pernambuco para o restante do Império e para o exterior, a base foi a obra de Peter L. Eisenberg (1974). A tese de doutorado de José Jobson de Andrade Arruda (1972) foi essencial para obter os dados anteriores a 1822, juntamente com as obras de Adriano Balbi (1822a e 1822b). Para o período posterior a 1822, os dados de Sebastião Francisco Soares (1865) foram de grande valia.

Por fim, o argumento em torno do impacto da taxa de câmbio na província pernambucana foi avaliado tendo por base a obra de Nathaniel H. Leff (1991). A teoria por trás da ideia de custo dos recursos domésticos, conceito essencial no argumento de Leff, foi retirada do artigo escrito por Juergen B. Donges e Ranadev Banerji (1974).

Outras obras foram consultadas, mas não são citadas acima. Para uma lista completa de todo o material usado na monografia, pode-se consultar as referências bibliográficas.

2.1. O federalismo pernambucano entre 1817 e 1824

O objetivo de Mello (2004) é tratar o conturbado processo de adesão de Pernambuco ao projeto de independência. Segundo ele, Pernambuco era uma das províncias mais importantes do Império. O que se observou, no entanto, foi uma opção de Dom Pedro I em privilegiar as províncias do Sudeste ao fomentar o desenvolvimento da indústria cafeeira com a vinda de mão de obra imigrante a um preço subsidiado. Isso se deu especialmente no Rio de Janeiro, algo que o autor definiu como “rio-centrismo⁴”. Dado tais fatos, a província vislumbrou a possibilidade de se tornar autônoma, pois, conforme observou Mello, “[...] apenas a Bahia e Pernambuco estavam em posição de articulá-los [os desejos das províncias de se tornarem autônomas] de maneira consistente, graças inclusive às suas respectivas posições na economia de exportação e às receitas de suas alfândegas⁵”.

As origens do federalismo pernambucano remontam à prisão do coronel Suassuna em 1801, acusado de tramar o estabelecimento do regime republicano na capitania. Porém, a fase mais aguda do movimento deu-se com a “junta de Gervásio” entre outubro de 1820 e setembro de 1822. Nesse período, Gervásio Pires Ferreira, ferrenho crítico do Império, comandava a província, o que desagradou profundamente o governo central e eclodiram diversos conflitos entre os habitantes locais e as tropas do Império. Após a junta ter sido destituída do poder, instaurou-se o “governo dos matutos” que ficou no poder entre setembro de 1822 e dezembro de 1823. Por fim, um governo temporário assumiu em dezembro de 1823 até a integração da província ao território brasileiro no ano seguinte.

O ponto central do argumento é que a província era geradora de superávits fiscais para o Império ao passo que o Rio de Janeiro era deficitário, o que significava que os habitantes pernambucanos estavam financiando os gastos da província fluminense, que incluíam despesas significativas com os luxos da Corte. Essa contribuição desproporcional não era revertida em benefícios para Pernambuco que se via obrigada a sustentar o “parasito do Império”. Dada a sua relevância econômica sob a perspectiva nacional, a população entendeu que poderia não valer a pena ser parte do Império e, assim, nasceu o federalismo pernambucano.

⁴ Mello (2004, p.12)

⁵ Idem.

A ausência de dados que confirmem seu ponto é notória em sua obra, o que acaba enfraquecendo a sua interpretação. De fato, a análise dos dados corrobora sua tese de que o governo central não tinha interesse em recuperar uma província que se encontrava em natural declínio. Ao contrário, o Império estava preocupado em estimular o desenvolvimento da atividade cafeeira na região Sudeste.

2.2. A distribuição regional das receitas e despesas do governo imperial entre as regiões Norte e Sul

Villela (2007) fez um exercício que buscava medir a contribuição relativa das províncias do Norte e do Sul para o total das receitas e despesas do governo central. A sua base de dados são os *Balanços da Receita e Despesa do Império* entre os anos de 1844-1845 e 1889. A conclusão do autor foi de que houve uma contribuição desproporcional das províncias do Norte.

Como forma de explicar como se dava as relações entre o governo central e as províncias no que tange aos aspectos fiscais, Villela baseou-se na Constituição de 1824, promulgada dois anos após a independência. Segundo o autor, o cerne do problema fiscal nesse período estava na repartição dos impostos arrecadados entre as províncias e o governo central o qual era muito centralizador. Nas suas palavras, “o caráter centralizado desta repartição já se anunciava na Constituição de 1824, que no seu artigo 83, parág. 3º, estabelecia que os Conselhos gerais das províncias eram proibidos de propor ou deliberar ‘sobre imposições cuja iniciativa é da competência da Câmara dos Deputados⁶’”. Já em relação às províncias, Villela afirmava que “[...] o texto legal limitou-se a dizer, em seu Art. 83º, que pertenciam [às províncias] ‘todos os impostos ora existentes não compreendidos na receita geral⁷’”.

Após contextualizar o leitor, Villela divide o seu artigo nas características gerais das receitas e despesas. Em relação às receitas, o arrecadado pelo governo central correspondia a 80% do que fora arrecadado por todos os níveis do governo no exercício 1856-1857, enquanto as receitas provinciais perfaziam a maior parte do restante e as municipais entre 3% e 5% do total. No tocante às dimensões regionais, Villela observou

⁶ Villela (2007, p. 250)

⁷ Idem

que, em média, as províncias do Sul arrecadaram 64,5% e as do Norte 35,5% das receitas líquidas⁸ do governo central).

Já em relação às despesas, analisando a distribuição das despesas brutas entre os ministérios, a maior parcela foi destinada ao Ministério da Fazenda (35%, em média, entre 1844-5 e 1889), seguida do Ministério da Guerra (19,9%) e do Ministério da Agricultura e Obras Públicas⁹ (19%). Em termos regionais, as despesas brutas foram realizadas majoritariamente nas províncias do Sul (68,8%, em média, entre o período 1844-5 e 1889 enquanto o Norte ficou com 16,0%). Villela faz ressalvas quanto à análise das despesas brutas e faz um ajuste para chegar ao conceito de despesas líquidas. Com esse ajuste, 69,1% das despesas líquidas do governo central foram para as províncias do Sul enquanto o restante dividiu-se entre a delegacia de Londres e as províncias do Norte.

Por fim, o autor chega ao conceito de transferências líquidas, que são as receitas líquidas menos as despesas líquidas. Sua conclusão foi de que as províncias do Norte transferiram 11% das receitas arrecadadas naquela região enquanto nas do Sul foi de apenas 3,3%.

2.3. Declínio da indústria açucareira em Pernambuco

Eisenberg (1974) procurou entender como se deu o declínio da indústria açucareira em Pernambuco. Dada a relevância da cana de açúcar para a província, a economia da região foi impactada negativamente com a decadência do setor.

O ponto central do autor repousa no fato de que a cana de açúcar pernambucana perdeu espaço no mercado externo. Isso se deu principalmente devido ao início da produção de açúcar de beterraba¹⁰. Por exemplo, enquanto na década de 1840 a cana de açúcar representava 90% do mercado mundial, no início do século XX tal percentagem havia caído para menos de 50%. Como o açúcar de beterraba produzido na Europa contava com proteção governamental, logo passou a ser demandado pelo consumidor europeu em detrimento da cana de açúcar brasileira. Assim, restou o mercado dos

⁸ Para uma explicação mais detalhada de receitas líquidas, ver Villela (2007, p. 255)

⁹ O Ministério da Agricultura e Obras Públicas foi criado em 1860. Assim, o período amostral a que Villela se refere é de 1860 a 1889.

¹⁰ A forma como se deu o início da produção de açúcar de beterraba na Europa é descrita na seção 4 que trata do comércio exterior.

Estados Unidos, que logo passou a demandar a cana de açúcar produzida em Cuba e em Porto Rico, que também contava com proteção governamental. Nas palavras de Eisenberg, “o Brasil não conseguiu achar novos mercados para substituir a Grã-Bretanha [principal consumidora da Europa] e os Estados Unidos¹¹”. A solução foi recorrer ao mercado doméstico.

Eisenberg procurou diferenciar o mercado doméstico do mercado externo de cana de açúcar. Segundo ele, dada a proteção governamental da concorrência externa no mercado doméstico, os produtores poderiam manter preços elevados ao restringir a oferta do produto, isto é, eles poderiam aumentar o preço que a demanda pela cana de açúcar não diminuiria. De fato, o mercado doméstico de cana era importante como exemplificado pelo fato de que, durante o Segundo Reinado, entre 15% a 20% do açúcar produzido nacionalmente era vendido para os consumidores locais. O que se viu, no entanto, foi uma indústria declinante e incapaz de concorrer com os produtores externos, que se conformou em abastecer o mercado local e nunca voltou aos anos de auge de outrora.

¹¹ Eisenberg (1974, p. 24)

3. Receitas e despesas do Império na província de Pernambuco

As receitas e as despesas do Império na província são uma forma de medir a sua contribuição para o resultado do governo central. Se a receita for superior à despesa, a província estaria fornecendo ao Império uma quantia maior de recursos se comparada à gasta pelo governo central no estado. Analogamente, transferências líquidas negativas indicam que o Império estaria gastando mais do que arrecadando em Pernambuco. Nesse contexto, a análise empírica torna-se essencial para confirmar ou rejeitar a hipótese levantada por Mello (2004) de que Pernambuco apresentava excedentes de receita e, conseqüentemente, transferências positivas em relação ao Império.

3.1. Receitas e despesas do Império na província de Pernambuco entre os anos de 1828-1829 e 1833-1834

A base de dados utilizada nessa seção foi retirada dos *Quadros synopticos da receita e despesa do Brazil* referentes ao período de 1822 a 1913¹². Para o cálculo das receitas e das despesas tipo B, foi utilizado o seguinte método: dado que não havia as receitas e as despesas tipo B relativas à Pernambuco entre os exercícios 1828-1829 e 1833-1834, usou-se a percentagem¹³ que cada tipo de receita e despesa representava do total no exercício 1856-1857 (primeiro ano em que há estatísticas de receita e despesa por província) e multiplicou-se tal percentagem pelas receitas e despesas totais do Império entre 1828-1829 e 1833-1834.

¹² Para o serviço da dívida externa, os dados foram retirados de Estatísticas Históricas do Brasil (1990).

¹³ Em relação às receitas, as percentagens são as seguintes: 17,95% para os impostos de importação, 13,70% para as receitas com o transporte marítimo, 14,08% para os impostos de exportação, 7,97% para as receitas com o interior e 9,77% para as receitas extraordinárias. Em relação às despesas, as percentagens são as seguintes: 3,18% para o Ministério do Império, 6,01% para o Ministério da Justiça e 3,37% para o Ministério da Fazenda.

Tabela 3.1 – Tipo de receita arrecadada pelo governo central, em mil réis, na província de Pernambuco entre 1828-1829 e 1833-1834

Tipo de receita	1828-1829	1829-1830	1830-1831	1831-1832	1832-1833	1833-1834
Impostos de importação	1,184,568	1,125,953	877,683	656,552	1,029,562	1,104,094
Receitas com o transporte marítimo	8,672	5,656	6,070	6,658	17,553	33,801
Impostos de exportação	80,578	183,486	222,358	104,142	105,307	104,437
Receitas com o interior	153,188	634,599	493,881	421,211	438,096	348,302
Receitas extraordinárias	70,640	92,686	397,279	18,237	388,982	74,413
Total	1,497,646	2,697,742	2,738,307	1,618,741	2,626,320	2,002,883

Fonte: Quadros synopticos da receita e despesa do Brazil: período de 1822 a 1913

As despesas devem ser divididas entre as que podem ser atribuíveis somente à Pernambuco daquelas que são de interesse nacional. Sendo assim, as despesas do Império em Pernambuco serão resultado da soma de dois tipos de despesa:

- Tipo A: Despesas com os ministérios dos Estrangeiros, da Marinha, da Guerra e com o serviço da dívida externa;
- Tipo B: Despesas com os ministérios do Império, da Justiça e da Fazenda.

As despesas tipo A são aquelas que não podem ser atribuíveis a uma província dado que todos os cidadãos usufruem de alguns serviços. Por exemplo, a proteção da população por um exército é a principal despesa do Ministério da Guerra. Nesse contexto, faz-se necessário tecer uma crítica à metodologia de Tavares Bastos que considera as despesas de interesse nacional como sendo da província. Como solução metodológica, é proposta a ideia de multiplicar as despesas tipo A gastas pelo Império em todas as províncias pela percentagem que a população pernambucana representa do total brasileiro. Dessa forma, será analisado quanto cada cidadão está usufruindo das despesas tipo A ao invés de toda a província, o que resolve o problema de um estado com baixa densidade populacional gastar muito com despesas tipo A.

Tabela 3.2 – Despesas tipo A do Império, em mil réis, na província de Pernambuco entre 1828-1829 e 1833-1834

Ministério	1828-1829	1829-1830	1830-1831	1831-1832	1832-1833	1833-1834
Estrangeiros	26,986	37,956	73,577	15,891	225,085	12,787
Marinha	261,492	287,858	215,106	159,345	283,664	167,489
Guerra	327,839	438,502	412,975	322,129	235,951	266,995
Serviço da dívida externa ¹	301,210	449,868	248,740	162,082	163,913	158,307
Total	917,526	1,214,185	950,398	659,447	908,612	605,578

¹ Inclui juros, comissões e amortizações.

Fonte: Quadros synopticos da receita e despesa do Brazil: período de 1822 a 1913 e Estatísticas Históricas do Brasil (1990)

Já as despesas tipo B são aquelas que podem ser atribuíveis à Pernambuco uma vez que são essenciais para o funcionamento da província. As despesas com o Ministério da Justiça, por exemplo, eram destinadas à manutenção de um sistema judiciário local que garantia a segurança jurídica dos habitantes pernambucanos. Nesse caso, é válido utilizar as despesas gastas pelo Império em Pernambuco por ministério.

Tabela 3.3 – Despesas tipo B do Império, em mil réis, na província de Pernambuco entre 1828-1829 e 1833-1834

Ministério	1828-1829	1829-1830	1830-1831	1831-1832	1832-1833	1833-1834
Império	28,671	42,087	41,320	43,131	81,920	26,728
Justiça	8,096	27,212	27,380	49,140	62,174	22,287
Fazenda	98,213	107,451	79,279	58,682	104,240	61,383
Total	134,980	176,749	147,980	150,952	248,334	110,397

Fonte: Quadros synopticos da receita e despesa do Brazil: período de 1822 a 1913

Somando-se as despesas tipo A e tipo B, o Império gastou em Pernambuco 1.053 contos de réis¹⁴, em 1828-1829, 1.391 contos de réis em 1829-1830, 1.098 contos de réis em 1830-1831, 810 contos de réis em 1831-1832, 1.157 contos de réis em 1832-1833 e 716 contos de réis em 1833-1834. A média foi de 1.038 contos de réis no período.

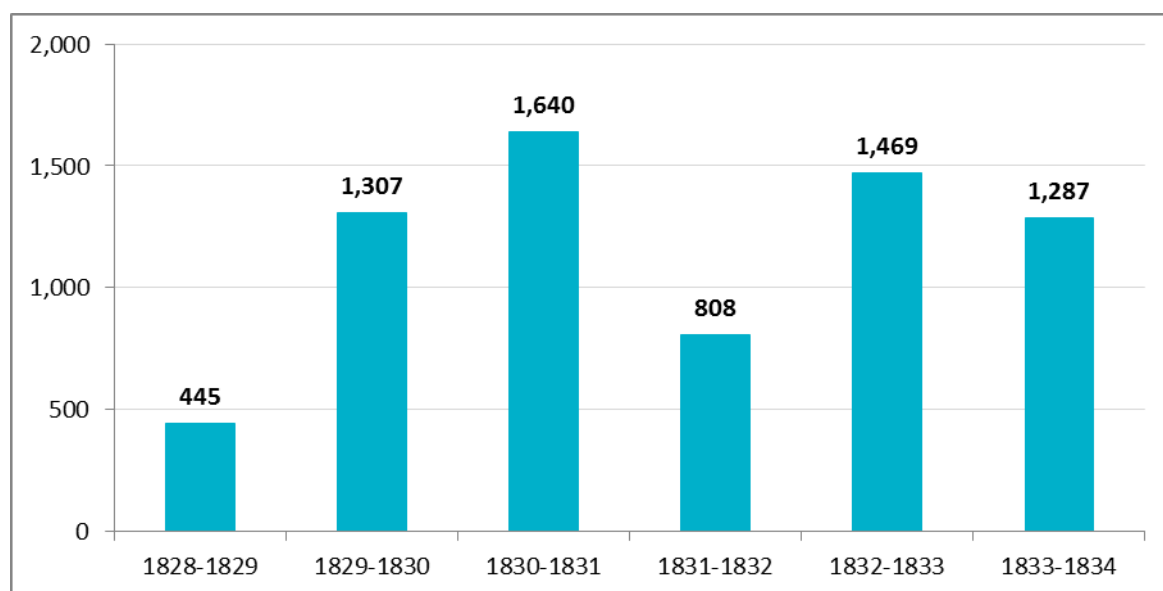
¹⁴ 1 conto de réis corresponde a 1.000 contos de mil réis.

3.2. Transferências líquidas de Pernambuco para o Império, em contos de réis entre os anos de 1828-1829 e 1833-1834

Tendo apresentado as receitas e despesas do Império na província de Pernambuco, é necessário analisar as transferências líquidas entre o governo central e a província, isto é, a diferença entre receitas e a soma das despesas tipo A e tipo B.

A hipótese sustentada é de que o governo central arrecadava mais em Pernambuco do que gastava na província, o que resultava em transferências líquidas positivas. O argumento é de que estados como o Rio de Janeiro estariam sendo financiados pelo excedente de receita da província.

Gráfico 3.1 – Transferências líquidas de Pernambuco para o Império, em contos de réis, entre 1828-1829 e 1833-1834



Fonte: Cálculos do autor a partir dos Quadros synopticos da receita e despesa do Brazil entre 1822 e 1913 e Estatísticas Históricas do Brasil (1990)

O gráfico 3.1 corrobora a tese de Mello (2004). Em todos os exercícios da amostra, Pernambuco apresenta transferências líquidas positivas. Isso significa que Pernambuco apresentava excedente de receita em relação ao Império de modo que é plenamente plausível admitir que outras províncias usufruíam do que era arrecadado em Pernambuco. Tais dados são próximos da independência em 1822 e da efetiva integração de Pernambuco ao território nacional em 1824, o que confere credibilidade às conclusões.

3.3. Comparação com as evidências de Villela (2007) e Tavares Bastos (1870)

Villela e Tavares Bastos realizaram estudos que procuravam mostrar que as 11 províncias da região Norte apresentavam transferências líquidas positivas enquanto as do Sul apresentavam transferências líquidas negativas. Isso, segundo eles, indicava que as províncias do Norte estavam sendo exploradas pelo Império em prol das do Sul. Tavares Bastos, à época, concluiu em tom de revolta: “Em resumo: Satisfaz o Norte, na parte que lhe compete, a todos os encargos da união. Paga as despesas [sic] da administração geral nas suas provincias. Paga os serviços que lhes interessam, vapores e estradas de ferro. Paga, além da que nellas [sic] se effectúa [sic], a quota relativa da despesa com o exercito e a armada. Paga a quota igualmente da representação nacional e da administração central. Paga os tributos legados pelas guerras do Sul, sofre [sic] o papel-moeda, atura a divida pública...Ainda mais: **remete [sic] ao Rio de Janeiro saldos líquidos, alguns milhares de contos [grifado pelo autor]**. Deve acaso, por cúmulo de males, soportar [sic] a centralisação? [sic] Não é sobejamente pesada a união pelos seus ônus [sic] financeiros? Há de sel-o ainda, perpetuamente, por sua organização [sic] interna¹⁵?”. Villela, por sua vez, afirma: “O resultado a que se chegou – com transferências líquidas do Norte equivalentes a 11% das receitas arrecadadas naquela região, contra 3,3% no caso do Sul – reforça a imagem de um viés na estrutura fiscal da época, que prejudicava desproporcionalmente a região Norte¹⁶”.

Examinando o exercício 1866-1867, Bastos mostra que o saldo das receitas arrecadadas pelo Império com a região Norte foi de 20,823 contos de réis enquanto as despesas líquidas foram de 14,182 contos, o que resulta em transferências líquidas na ordem de 6,641 contos. Já Villela, analisando o período 1856-1857, conclui que as províncias do Norte tiveram transferências líquidas positivas na ordem de 4,100 ao passo que a região Sul teve transferências negativas de 4,300 contos de réis. Sua amostra vai de 1844-1845 até 1889 e em apenas oito ocasiões a região Norte teve transferências líquidas negativas conforme visto na tabela 3.6.

¹⁵ Tavares Bastos (1870, p. 414)

¹⁶ Villela (2007, p. 265)

Tabela 3.4 – Transferências líquidas entre as regiões e o governo central, em contos de réis, entre 1844-1845 a 1889

Ano	Norte	Sul	Ano	Norte	Sul
1844-5	3,7	(4,3)	1867-8	3,4	(3,7)
1845-6	2,9	(3,2)	1868-9	2,5	(2,7)
1846-7	3,3	(3,5)	1869-70	5,1	(5,2)
1847-8	1,2	(1,5)	1870-1	5,7	(5,7)
1848-9	(1,7)	1,6	1871-2	5,4	(5,4)
1849-50	2,1	(2,2)	1872-3	6,1	(6,1)
1850-1	n.d.	n.d.	1873-4	4,2	(4,8)
1851-2	8,1	(8,6)	1874-5	1,1	(1,6)
1852-3	1,6	(1,9)	1875-6	2,2	(2,5)
1853-4	1,2	(1,2)	1876-7	4,0	(4,1)
1854-5	2,9	(3,1)	1877-8	(7,8)	7,3
1855-6	0,9	(1,3)	1878-9	(10,9)	10,9
1856-7	4,1	(4,3)	1879-80	(3,1)	2,9
1857-8	6,5	(6,7)	1880-1	1,7	(1,9)
1858-9	5,3	(5,4)	1881-2	5,2	(5,7)
1859-60	(0,4)	0,4	1882-3	3,9	(4,5)
1860-1	(5,8)	5,7	1883-4	5,7	(6,6)
1861-2	(1,2)	1,2	1884-5	2,1	(2,6)
1862-3	2,3	(2,5)	1885-6	0,1	(0,4)
1863-4	2,0	(2,4)	1886-7	0,5	(1,4)
1864-5	12,5	(12,5)	1888	1,9	(2,6)
1865-6	9,2	(9,3)	1889	(13,2)	11,0
1866-7	9,3	(9,5)			

Obs: Transferências líquidas são definidas como a diferença entre a contribuição da região para a receita líquida (de operações de crédito) do governo imperial e sua participação porcentual nas despesas "líquidas".

Fonte: Villela (2007), tabela A1, p. 268

4. Importações e exportações do Império na província de Pernambuco

Nessa seção, o foco será analisar as importações e exportações de Pernambuco para o restante do Império e para o exterior. A hipótese é analisar se o superávit comercial externo era suficiente para cobrir o déficit comercial interprovincial.

4.1. O comércio exterior de Pernambuco antes de 1822

Nessa subseção, será explorada a situação da província antes da integração nacional ocorrida em 1822. Deve-se ter em mente que, até 1808, o comércio do Brasil era feito exclusivamente com a metrópole portuguesa. Com a vinda da família real para o Brasil em 1808 em fuga após as invasões napoleônicas, uma das primeiras medidas que a Coroa Portuguesa implementou foi a abertura dos portos e a possibilidade da colônia brasileira de comercializar com outros países, em especial a Inglaterra.

A base de dados utilizada será a obra de Arruda (1972) que compilou estatísticas de importações e exportações para as principais colônias portuguesas entre 1796 e 1811. Além disso, para os anos em que Arruda (1972) não apresenta dados, serão utilizadas as obras do escritor italiano Adriano Balbi (1822), *Essai Statistique Sur Le Royaume De Portugal Et D'Algarve* (1822a) e *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise* (1822b). Após visitar Portugal em 1820, o autor coletou as estatísticas que deram origem aos dois livros.

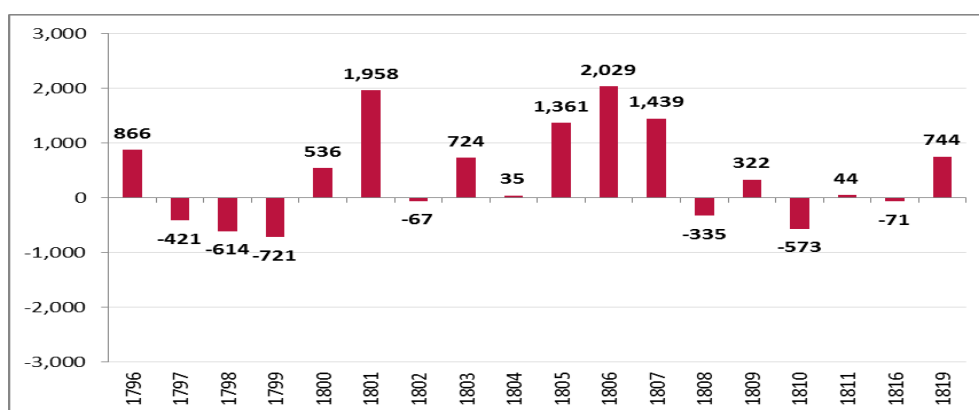
Por fim, será feita uma comparação entre os resultados encontrados pelo autor com a evidência descrita em Mello (2004). Segundo Mello (2004, pp. 29 e 33), a província pernambucana era geradora de superávits fiscais enquanto o Rio de Janeiro era deficitário no seu comércio com Portugal. Tendo em vista essa situação e o fato de que a Coroa Portuguesa necessitava de dinheiro para pagar pela extravagância da nobreza, a solução foi aumentar os impostos sobre a produção de açúcar e algodão já que não poderia aumentar os impostos de importação dada a dependência comercial para com a Inglaterra. Tal medida enfureceu a população pernambucana e foi a gota d'água para que o movimento de 1817 eclodisse na província.

Tabela 4.1 – Importações e exportações de Pernambuco de e para Portugal, em contos de réis, entre 1796 e 1819

Ano	Importações	Exportações	Saldo
1796	6,982	11,476	4,494
1797	8,526	4,259	-4,267
1798	10,668	10,817	148
1799	15,801	12,585	-3,216
1800	9,432	12,528	3,096
1801	10,680	14,757	4,077
1802	10,152	10,353	202
1803	9,929	11,332	1,404
1804	11,383	12,000	617
1805	9,506	13,949	4,443
1806	8,426	14,154	5,728
1807	6,953	13,928	6,975
1808	1,511	547	-964
1809	3,438	4,819	1,382
1810	2,933	3,683	751
1811	2,793	3,634	841
1816	7,620	9,664	2,044
1819	6,447	7,517	1,070
Total	143,178	172,000	28,822

Fonte: Arruda (1972) para 1796 a 1811 e Balbi (1822a e 1882b) para 1816 e 1819

Gráfico 4.1 – Balança comercial de Pernambuco com Portugal, em contos de réis, entre 1796 e 1819



Fonte: Cálculos do autor a partir de Balbi (1822a e 1822b) e Arruda (1972)

Arruda (1972) chama a atenção para o maior valor das exportações sobre as importações no comércio entre Pernambuco e Portugal. Notam-se, em especial, os anos de 1801 e 1806 como os períodos de maior superávit comercial. Vale observar que as exportações no ano de 1808 foram insignificantes devido ao momento conturbado por que vivia a Europa à época e também que as exportações voltaram aos níveis dos primeiros anos do século XIX em 1816 e 1819.

Os resultados encontrados acima corroboram a tese de Mello (2004). De fato, Pernambuco foi geradora de superávits comerciais ao longo do período enquanto o Rio de Janeiro, em média, importou mais que exportou no comércio com Portugal. Por isso, são justificáveis à época as reivindicações por parte dos políticos pernambucanos em relação à alta carga de impostos cobrada sobre a província. Segundo Mello, “a Corte explorava impiedosamente a prosperidade inédita que a grande lavoura e o comércio pernambucanos conheceram nos últimos anos do século XVIII e primeiros do século XIX, graças ao surto algodoeiro que atraiu Recife o aluvião de navios estrangeiros a que se referia o autor anônimo da ‘Idéia geral de Pernambuco em 1817¹⁷’”. O Rio de Janeiro, sendo o “parasito do Império Português¹⁸”, beneficiava-se desse fato e ganhou a antipatia de todas as províncias do Norte. Dados os motivos acima, não tardou para que o movimento de 1817 ganhasse força.

4.2. O comércio exterior de Pernambuco pós-independência

Com a independência do Brasil em 1822, a discussão sobre o comércio do Brasil com Portugal perdeu relevância. Sendo assim, essa subseção explorará as exportações e importações de Pernambuco para o mercado interprovincial e para o mercado externo. Nesse momento, como estaremos considerando o comércio registrado nos portos, cabe definir dois termos. O comércio de cabotagem é o entre portos do mesmo país. Já o comércio de navegação de longo curso é o entre portos brasileiros e portos internacionais. Esses conceitos serão relevantes, pois a base de dados utilizada estará dividida entre comércio de cabotagem e de navegação de longo curso.

A base de dados utilizada foi retirada dos *Documentos Estatísticos sobre o comércio do Império do Brasil nos anos de 1845 a 1849* para os exercícios 1845-46 a 1848-49. Além disso, as estatísticas para os exercícios 1869-1870 a 1874-1875 foram baseadas em Soares (1865).

¹⁷ Mello (2004, p. 31)

¹⁸ Idem

Tabela 4.2 – Comércio de cabotagem no porto de Pernambuco, em contos de réis, entre 1845-1846 e 1848-1849

Exercício	Importações	Exportações	Saldo
1845-46	149	700	551
1846-47	102	618	516
1847-48	101	610	509
1848-49	167	360	194
Total	518	2,288	1,770

Fonte: Documentos Estatísticos sobre o comércio do Império do Brasil nos anos de 1845 a 1849

Tabela 4.3 – Comércio de navegação de longo curso no porto de Pernambuco, em contos de réis, entre 1845-46 e 1848-1849

Exercício	Importações	Exportações	Saldo
1845-46	6,446	7,002	556
1846-47	7,843	7,003	-840
1847-48	7,109	7,474	365
1848-49	7,739	9,638	1,898
Total	29,138	31,117	1,979

Fonte: Documentos Estatísticos sobre o comércio do Império do Brasil nos anos de 1845 a 1849

Pernambuco apresentava superávit comercial em todos os anos da amostra, à exceção do comércio de navegação de longo curso no exercício 1846-47. Isso pode ser um indício de que o superávit da província poderia financiar o déficit do Império dado que a região era parte do Império e, como todas as outras províncias, deveria pagar impostos tanto sobre as importações quanto sobre as exportações. Além disso, nota-se a predominância da navegação de longo curso sobre a cabotagem ao longo do período, indicando que, nesse período, o mercado externo demandava muito os produtos de Pernambuco, particularmente o açúcar¹⁹.

Ampliando a análise para os exercícios 1854-1855 e 1863-1864 com base em Soares (1865), observa-se que o saldo do comércio de cabotagem foi superavitário em 2.132 contos em 1854-1855 e deficitário em 2.075 contos em 1863-1864. O que chama atenção não é o fato de ter sido superavitário em um exercício e deficitário em outro, mas o crescimento do comércio de cabotagem que alcançou 8.904 contos em importações em 1863-1864 em comparação com os 167 de 1848-1849. Já as

¹⁹ Na subseção 4.3, será explorada com profundidade o mercado de açúcar nesse período. O comércio de cabotagem ganha mais relevância nas exportações totais devido à menor demanda pelo produto devido à popularização do açúcar de beterraba, em especial no mercado europeu.

exportações de cabotagem passaram de 360 contos em 1848-1849 para 6.829 contos em 1863-1864.

Tabela 4.4 – Comércio de cabotagem no porto de Pernambuco, em contos de réis, entre 1869-1870 e 1874-1875

Exercício	Importações	Exportações	Saldo
1869-1870	16,211	7,365	-8,846
1870-1871	9,269	10,559	1,290
1871-1872	7,405	11,389	3,984
1872-1873	18,583	13,483	-5,100
1873-1874	9,266	11,698	2,432
1874-1875	7,788	11,852	4,064
Total	68,522	66,346	-2,176

Fonte: Soares (1865)

Tabela 4.5 – Comércio de longo curso no porto de Pernambuco, em contos de réis, entre 1869-1870 e 1874-1875

Exercício	Importações	Exportações	Saldo
1869-1870	27,488	30,950	3,462
1870-1871	19,380	15,086	-4,294
1871-1872	24,709	28,309	3,600
1872-1873	29,276	23,407	-5,869
1873-1874	23,279	16,608	-6,671
1874-1875	21,884	16,251	-5,633
Total	146,016	130,611	-15,405

Fonte: Soares (1865)

Entre os exercícios 1869-1870 e 1874-1875, nota-se a tendência deficitária do comércio externo. Inversamente, o saldo comercial interprovincial é positivo, à exceção do exercício 1872-1873. A análise indica que os exportadores da província direcionaram seus produtos mais para o mercado doméstico do que o externo. O caso do açúcar é bem ilustrativo e será brevemente descrito na subseção 4.3.

4.3. O comércio exterior de cana de açúcar em Pernambuco no pós-independência

Essa subseção procurará descrever brevemente a dinâmica das exportações da indústria açucareira entre meados do século XIX e início do século XX para entender as razões para seu declínio.

A base de dados utilizada será a obra de Eisenberg (1978). O período amostral varia entre as tabelas.

Tabela 4.6 – Vendas de açúcar por Pernambuco para o mercado externo entre 1836-40 e 1906-10

Anos ¹	Quantidade anual média (toneladas)	Valor anual médio (£1880) ²
1836-40	27,844	306,881
1841-45	31,926	409,708
1846-50	47,932	634,628
1851-55	56,981	949,453
1856-60	48,523	1,007,331
1861-65	46,741	698,008
1866-70	63,229	748,455
1871-75	78,699	930,345
1876-80	91,882	1,280,670
1881-85	103,889	1,188,376
1886-90	119,227	1,590,118
1891-95	n.d.	n.d.
1896-1900	40,840	284,079
1901-05	11,701	141,299
1906-10	32,993	361,517

Fonte: Eisenberg (1978), p.15, tabela 3

Notas:

¹ Salvo disposição contrária, foi assumido que todos os anos de colheita são idênticos ao primeiro ano-calendário, por exemplo, 1836-37 foi calculado com base em 1836.

² O valor real foi calculado convertendo mil-réis em libras nominais a taxa de câmbio dada em Ónody, e depois dividindo libras nominais pelo índice do preço de exportação da Inglaterra em termos de 1880 dado em Imlah.

A tabela 4.6 mostra que o valor anual médio do açúcar caiu consideravelmente no início do século XX bem como sua quantidade anual média exportada. A tabela explicita um cenário de declínio da indústria açucareira a partir do final do século XIX, o que impactou negativamente a economia da província.

Tabela 4.7 – Pernambuco no mercado mundial de açúcar entre 1841-45 e 1906-10

Anos	Produção mundial de cana e de beterraba (toneladas métricas)	Produção de açúcar de beterraba / produção mundial (%)	Exportações do Brasil / exportações mundiais (%)	Exportações de Pernambuco / exportações mundiais (%)
1841-45	959,078	5.1	9.3	3.3
1846-50	1,146,281	9.3	10.3	4.2
1851-55	1,433,105	13.7	8.6	4.0
1856-60	1,676,492	21.3	6.3	2.9
1861-65	1,912,388	25.9	6.6	2.4
1866-70	2,414,270	32.0	4.4	2.6
1871-75	3,003,043	40.0	5.7	2.6
1876-80	3,320,512	44.2	5.3	2.8
1881-85	4,333,972	51.2	5.3	2.4
1886-90	5,572,260	56.5	2.8	2.1
1891-95	7,243,020	52.0	2.1	n.d.
1896-1900	8,174,820	61.0	1.4	0.5
1901-05	10,414,020	50.0	0.8	0.1
1906-10	12,831,200	49.3	0.4	0.3

Fonte: Eisenberg (1978), p. 20, tabela 7

Obs: A produção absoluta “mundial” é desconhecida. Os números se referem, majoritariamente, exportado ao açúcar para os quais existem estatísticas disponíveis.

Na primeira coluna da tabela 4.7, nota-se que a produção mundial de cana de açúcar e açúcar de beterraba aumentou consideravelmente no período em questão, principalmente a partir da última década do século XIX. Tendo em vista que a produção do Brasil e de Pernambuco concentrava-se em cana de açúcar, pode-se inferir que o aumento da produção mundial veio majoritariamente do crescimento do açúcar de beterraba. Na segunda coluna, observa-se que o mercado de açúcar de beterraba era praticamente insignificante em 1841-45 (apenas 5,1%) e alcançou mais da metade em 1881-85, tendência que se manteve praticamente constante nos anos seguintes da amostra. Tal tendência está diretamente relacionada à queda da participação de mercado da cana de açúcar que está representada pelo Brasil e por Pernambuco, grandes produtores de cana de açúcar²⁰. Pernambuco chegou a ter 4,2% do mercado mundial de cana de açúcar em 1846-50, porém, nos primeiros anos do século XIX, caiu para ínfimos 0,1%, indicando que o mercado consumidor europeu e norte-americano passou a demandar mais o açúcar de beterraba.

Segundo Eisenberg (1978 p. 19), a indústria do açúcar de beterraba nasceu no período do Bloqueio Continental²¹ promovido por Napoleão Bonaparte como forma contornar as exclusões feitas à cana de açúcar pelas tropas bonapartistas. Quando o

²⁰ A lista dos principais produtores de cana de açúcar e de açúcar de beterraba está disponível no anexo estatístico ao final da monografia.

²¹ O Bloqueio Continental foi a proibição imposta pelo imperador Napoleão Bonaparte que impedia o acesso a portos dos países submetidos ao domínio do imperador por parte navios ingleses.

Bloqueio Continental acabou, tal indústria ganhou proteção governamental contra a cana de açúcar e o mercado europeu, principalmente o inglês, passou a demandá-lo em detrimento da cana. O único mercado que restou para Pernambuco foi o norte-americano, mas acabou perdendo espaço para os produtores de cana de açúcar de Porto Rico e Cuba. A solução foi o mercado doméstico.

Tabela 4.8 – Vendas de açúcar em Pernambuco para o mercado doméstico

Anos	Quantidade anual média (toneladas)	Valor anual médio (£1880)
1856-60	12,177	310,623
1861-65	10,628	199,813
1866-70	10,484	170,755
1871-75	13,392	198,173
1876-80	17,241	284,226
1881-85	21,581	355,114
1886-89	24,767	497,680
1897-1901	78,016	-

Fonte: Eisenberg (1978), p. 26, tabela 9

Segundo Eisenberg (1978, p. 25), o mercado doméstico foi a única opção disponível para os produtores que não conseguiram superar a competição estrangeira. A tabela 4.8 mostra o crescimento exponencial da quantidade anual média vendida de 1886-89 para 1897-1901, mesmo período em que o açúcar de beterraba estava com mais da metade do mercado mundial de açúcar. De fato, o movimento iniciou-se a partir de 1876-1880, todavia somente se intensificou no final do século XIX e início do XX.

Em resumo, a decadência da indústria açucareira se deu por múltiplos fatores. Ainda que o crescimento do mercado de açúcar de beterraba tenha sido o principal motivo por trás desse declínio, pode-se conjecturar que o governo central estava dando mais apoio ao desenvolvimento da indústria cafeeira do que tentando recuperar os tempos áureos da cana de açúcar. Segundo Villela (1999), as exportações de café aumentaram de 2.462 toneladas métricas em 1849-1850 para 7.766 em 1870-1871, alcançando mais de 50% das exportações totais do Império.

5. Impacto da taxa de câmbio na província de Pernambuco

Nessa seção, o foco será no impacto da taxa de câmbio sobre a província de Pernambuco.

A referência para o argumento será baseada em Leff (1991). Leff generalizou a sua ideia para a região Norte como um todo. Assim, dada a representatividade de Pernambuco na região ao longo do período em análise, o argumento de Leff será aplicado ao caso específico da província. Além disso, o embasamento teórico²² da teoria de Leff será retirado de Ranadev e Donges²³ (1974).

5.1. Análise do conceito de custos dos recursos domésticos: uma abordagem teórica

Segundo Ranadev e Donges (1974, pp. 1-2), o conceito de custo de recursos domésticos está relacionado aos custos de oportunidade dos recursos do local em questão (fatores como capital, trabalho e terra) dedicados à produção de bens finais em relação aos preços sob os quais esses produtos podem ser exportados ou importados. Os preços finais (as divisas estrangeiras geradas ou poupadas²⁴) serão considerados como o benefício resultante da produção.

Ranadev e Donges (1974, p. 2) oferecem um exemplo bastante elucidativo de como funciona tal conceito. Suponha que uma pessoa está diante das seguintes opções: importar diretamente um carro do exterior ou importar as peças e os componentes do carro para fazer domesticamente. Seja a taxa de câmbio de equilíbrio igual a $\$1 = 10P$ ²⁵. Suponha, agora, que o carro importado custe ao país $\$1.000$ (o equivalente a $10.000P$ quando convertido à taxa de câmbio de equilíbrio). No caso alternativo, suponha que os custos de importar os componentes e as peças do carro totalizem $\$850$ (ou $8.500P$) mais $\$100$ ($1.000P$) do custo do trabalho e capital doméstico. A tabela 5.1 resume as opções da pessoa.

²² Greenaway e Millner (1993) também apresentam um modelo que procura medir o custo dos recursos domésticos.

²³ Ranadev e Donges (1974), a partir da página 3, apresentam um modelo com duas *commodities* (bens x e y) e dois fatores de produção (capital e trabalho) para provar o argumento em torno do conceito de custo de recursos domésticos. Nessa monografia, no entanto, será apresentada apenas a ideia do conceito e suas implicações para o caso de Pernambuco.

²⁴ Se o bem for exportado, haverá ganho de divisas estrangeiras ao passo que, se o bem for importado, haverá poupança de divisas estrangeiras.

²⁵ P é a moeda do país em questão.

Tabela 5.1 – Custo de importar diretamente um carro versus custo de importar as peças e componentes para fazer o carro domesticamente em unidades da moeda fictícia P

	Importar diretamente o carro	Importar os componentes e as peças do carro
Custos	10,000	8,500
		1,000
Total	10,000	9,500

Fonte: Elaboração do autor a partir de Ranadev e Donges (1974)

Se a pessoa optar por importar os componentes e as peças do carro e montá-lo domesticamente, ela estará pagando 1.000P pelo trabalho de montar o carro, isto é, representa o valor adicionado doméstico da produção do carro. Já se a pessoa optar por importar diretamente o carro, ela estará pagando um valor adicionado internacional implícito de 1.500P (o custo de importar diretamente o carro menos o custo de importar os componentes e as peças do carro). Logo, nesse caso é mais barato que ela escolha a segunda alternativa. Suponha, agora, que o valor adicionado doméstico seja de 2.000P para os mesmos fatores de capital e trabalho. Nesse caso, é mais lucrativo que o país importe diretamente o carro e transfira os recursos domésticos para outras atividades as quais será relativamente mais eficiente se comparada ao resto do mundo.

Analisando o exemplo acima, pode-se comparar o conceito de custo dos recursos domésticos com o de vantagem comparativa no comércio internacional. Um país terá vantagem comparativa se, em sua atividade particular, o custo dos recursos domésticos for menor que a taxa de câmbio de equilíbrio (unidades da moeda doméstica em dólar norte-americano). Quanto menor o custo dos recursos domésticos, maior será o benefício de investir na atividade para a economia como um todo.

5.2. Aplicação do conceito de custos dos recursos domésticos na província de Pernambuco: abordagem de Leff (1991)

O ponto de partida de Leff (1991, p. 20) é constatar que o valor do produto marginal do trabalho e as taxas de retorno passaram a ser mais vantajosas nas províncias do Sul em detrimento das do Norte, em um movimento que envolveu mudanças nos preços relativos do açúcar e do algodão (ambos no Norte) e do café (no Sul). Tal tendência fez com que houvesse um movimento de fatores para atividades que oferecessem maiores taxas de retornos (no caso a cafeeira). Como o fator trabalho era

majoritariamente composto por escravos africanos, era de se esperar que houvesse migração maciça deles para o Sul. Segundo o autor, no entanto, tal processo migratório foi pouco significativo dado os elevados custos de transporte e de capital.

Feito o argumento de que a realocação dos fatores de produção do açúcar e do algodão para o café teve alcance limitado, o autor procura destacar que condições associadas à dotação da terra eram de suma importância na discussão dado que, à época, a sociedade brasileira era basicamente agrária. O primeiro fato a se mencionar era de que a terra não era uniforme, isto é, existiam terras mais férteis que outras. Exemplo disso era de que as terras na província de Pernambuco não dariam os elevados retornos com a produção de açúcar se a atividade principal fosse a cafeeira. Além disso, o país como um todo se caracterizava por altos custos de transporte. Analisando as duas constatações do autor em conjunto, chega-se à conclusão de que os custos para se investir em outra atividade eram relativamente altos, ou seja, era caro sob o ponto de vista de um produtor de açúcar tornar-se um cafeeiro.

Tendo em vista o contexto supramencionado, a teoria da vantagem comparativa projetaria que os fatores de produção anteriormente empregados no açúcar e no algodão seriam empregados, a taxas de retornos mais elevadas, no café. O que se viu, no entanto, foi um estímulo via subsídios por parte do governo central²⁶ para a migração europeia para trabalhar nas plantações de café, fato que não ocorreu para as atividades açucareira e algodoeira. Em outras palavras, tornou-se muito mais barato importar mão de obra do exterior em relação à do Norte. A consequência natural foi que a vantagem comparativa do Brasil em relação aos outros países mudou do açúcar e do algodão para o café. Além disso, deve-se mencionar que a região Sul apresentava um solo muito mais fértil que a região Norte, outro motivo para o Sul ter uma vantagem comparativa em relação ao Norte.

Analisando o movimento da taxa de câmbio no período, Leff (1991, p. 23) observou que, sob o ponto de vista do produtor de açúcar, a taxa de câmbio estava mais valorizada do que sob a ótica do cafeeiro. Isso significa dizer que as divisas estrangeiras poderiam ser obtidas a um custo em mil-réis menor no café do que no

²⁶ Posteriormente, os subsídios foram fornecidos pelos governos estaduais, o que acaba enfraquecendo o argumento.

açúcar e no algodão. Alternativamente, o custo dos recursos domésticos era menor no café do que nas exportações de Pernambuco²⁷.

Por fim, o autor menciona que as exportações de café resultaram em um mil-réis mais apreciado do que teria sido na ausência dele. Tal tendência resultou não só do aumento das divisas estrangeiras que o café gerou, mas também pelo fato de que o custo da geração das divisas estrangeiras era relativamente baixo no setor cafeeiro. Como consequência, com o café dominando as exportações do Brasil (segundo Villela (1999), em 1854-1855 representava 53,5% das exportações totais), a taxa de câmbio passou a refletir o peso do café e ficou mais valorizada²⁸ frente à libra esterlina. Tal cenário teve impacto negativo sobre os produtores de açúcar e de algodão. Quanto menor a paridade entre o mil-réis e a libra esterlina, menos mil-réis os produtores de açúcar de Pernambuco iriam receber. O resultado foi que os fatores de produção se direcionaram à melhor alternativa que a província podia oferecer que era a agricultura de subsistência de baixa produtividade. Assim, pode-se entender como o mecanismo cambial atuou para que os produtores de açúcar de Pernambuco perdessem competitividade frente ao mercado internacional.

²⁷ Conforme explicado na subseção 4.1, quanto menor o custo dos recursos doméstico, mais lucrativo será investir em dada atividade. No caso em questão, era mais vantajoso investir no café do que no açúcar ou no algodão.

²⁸ No século XX, o *lobby* da indústria cafeeira pressionou o governo a manter uma taxa de câmbio artificialmente sobrevalorizada. O Convênio de Taubaté em 1906 foi um exemplo. Para mais informações sobre o tema, ver Abreu (2010).

6. Conclusão

A análise empírica empreendida nas seções anteriores confirma a ideia de que Pernambuco ficaria em situação econômica mais favorável se não fosse parte integrante do Império. Enquanto regiões como Rio de Janeiro e São Paulo experimentaram um período de prosperidade a partir do final do século XIX com o desenvolvimento maciço da indústria cafeeira, as províncias do Norte como Bahia e Pernambuco trilharam uma direção oposta que culminou na perda do poder econômico que tinham desde a introdução da cana de açúcar, especialmente a partir do século XVII.

Em primeiro lugar, a análise dos dados fiscais mostrou transferências líquidas positivas em todos os anos da amostra. Isso significa que o Império arrecadava mais dinheiro do que gastava na província. Essa conclusão é compatível com Mello (2004) de que Pernambuco apresentava excedentes de receita.

Em segundo lugar, os dados de comércio exterior mostram que tanto o saldo do comércio externo quanto o do comércio interprovincial foram positivos em grande parte da amostra. O resultado esperado era de que o superávit comercial externo compensaria o déficit no comércio interprovincial. O que se viu, no entanto, foi Pernambuco obtendo superávit tanto domesticamente quanto externamente. A partir do final do século XVIII, a queda brusca na demanda pela cana de açúcar pernambucana fez com que os produtores locais focassem no mercado interno, o que explica sucessivos superávits no comércio de cabotagem e déficits no comércio de longo curso entre os exercícios 1869-1870 a 1874-1875. Tal tendência foi em função da introdução do açúcar de beterraba na Europa e da cana de açúcar em Cuba e Porto Rico.

Por fim, a taxa de câmbio passou a refletir muito mais os interesses dos cafeicultores situados no Rio de Janeiro do que dos açucareiros localizados em Pernambuco.

7. Anexo Estatístico

No anexo estatístico, serão apresentados tabelas e gráficos que foram citados de forma superficial na monografia, mas que não puderam ser disponibilizados nas seções anteriores.

Tabela 7.1 – População de Pernambuco e do Império, em habitantes, entre 1828 e 1834

Ano	População de Pernambuco	População do Império	População de Pernambuco/População do Império (%)
1828	463,900	5,220,000	8.89
1829	475,000	5,287,000	8.98
1830	484,000	5,354,000	9.04
1831	497,700	5,436,000	9.16
1832	505,700	5,519,000	9.16
1833	514,500	5,603,000	9.18
1834	523,900	5,690,000	9.21

Fonte: Filho (2005) para a população de Pernambuco e Mortara (1941) para a população do Império

Tabela 7.2 – Produção de açúcar de beterraba, em toneladas métricas, por país

Anos	França	Alemanha	Império Austro-Húngaro	Rússia	Holanda
1841-45	33,291	13,181	-	-	-
1846-50	59,015	35,708	-	-	-
1851-55	71,535	76,988	-	17,720	-
1856-60	118,929	128,151	74,000	18,440	-
1861-65	168,612	154,268	106,400	50,400	-
1866-70	239,998	210,553	162,671	108,000	-
1871-75	400,584	266,795	273,726	213,125	26,098
1876-80	320,306	420,130	403,464	301,960	24,797 ¹
1881-85	350,583	894,451	437,600	331,000	-
1886-90	501,183	1,111,862	643,493	451,200	-
1891-95	584,491	1,460,412	845,434	542,400	72,600
1896-1900	809,082	1,838,806	994,874	751,700	139,298
1901-05	820,704	2,002,415	1,161,681	1,059,601	139,687
1906-10	689,312	2,218,316	1,378,197	1,469,062	179,793

Fonte: Eisenberg (1978), p. 237, apêndice 1

Notas:

¹ 1880 não está disponível

Tabela 7.3 – Continuação da produção de açúcar de beterraba, em toneladas métricas, por país

Anos	Bélgica	Itália	Dinamarca	Suécia	Estados Unidos
1841-45	-	-	-	-	-
1846-50	-	-	-	-	-
1851-55	-	-	-	-	-
1856-60	-	-	-	-	-
1861-65	-	-	-	-	-
1866-70	-	-	-	-	-
1871-75	96,823	-	-	-	-
1876-80	61,879 ¹	-	-	-	-
1881-85	79,694	-	8,756	-	-
1886-90	122,531	-	19,636	11,824	1,641
1891-95	196,015	1,706	30,231	44,266	17,700
1896-1900	263,600	20,453	43,688	96,470	51,960
1901-05	252,819	104,752	51,068	102,207	212,720
1906-10	261,564	151,685	69,514	142,154	427,600

Fonte: Eisenberg (1978), p. 238, apêndice 1

Notas:

¹ 1880 não está disponível

Tabela 7.4 – Produção de cana de açúcar, em toneladas métricas, por país

Anos	Brasil ¹	Cuba	Porto Rico	Guiana Britânica	Estados Unidos (Louisiana)	México
1841-45	89,188	-	-	32,537	73,939	-
1846-50	118,287	-	-	33,478	109,276	-
1851-55	123,409	320,722	-	44,455	162,039	-
1856-60	106,243	394,200	-	50,125	120,150	-
1861-65	126,763	534,600	-	65,449	67,151	-
1866-70	105,939	682,000	-	74,593	39,927	-
1871-75	170,543	682,200	-	84,287	61,108	-
1876-80	175,599	568,600	-	93,010	95,212	-
1881-85	228,302	505,215	-	110,884	113,310	-
1886-90	155,993	621,696	-	113,154	147,957	-
1891-95	153,333	933,470	50,625 ²	107,586	243,789	-
1896-1900	113,908	272,427	52,198	96,828	256,266	73,367 ³
1901-05	78,284	943,212	136,957	116,741	319,466	109,140
1906-10	51,338	1,393,898	255,829	110,809	316,283	139,400

Fonte: Eisenberg (1978), p. 239, apêndice 2

Notas:

¹ Somente exportações

² 1891 não está disponível

³ 1896-97 não está disponível

Tabela 7.5 – Continuação da produção de cana de açúcar, em toneladas métricas, por país

Anos	Peru	Argentina	Ilhas Maurício	Java	Queensland	Filipinas	Havai
1841-45	-	-	35,238	61,570	-	-	-
1846-50	-	-	59,258	90,392	-	-	-
1851-55	-	-	88,435	104,827	-	37,720	-
1856-60	-	-	122,157	126,783	-	41,400	-
1861-65	-	-	122,155	138,370	-	48,660	3,294
1866-70	-	-	102,339	157,816	-	70,584	8,077
1871-75	33,333 ¹	-	106,739	198,873	-	98,420	9,976
1876-80	78,820 ²	-	119,577	231,571	13,640	137,158	18,058
1881-85	23,050	-	115,113	321,469	31,627	180,615	57,160
1886-90	49,140	-	121,267	359,056	52,647	180,430	104,100
1891-95	58,740	76,213	115,705	484,198	67,342	255,800	130,200
1896-1900	98,440	111,526	158,582	670,485	113,853	128,639	228,000
1901-05	137,447	111,947 ³	169,275	947,975	117,221	136,167	345,600
1906-10	140,502	131,676	204,899	1,209,098	171,561	372,726	436,400

Fonte: Eisenberg (1978), p. 240, apêndice 2

Notas:

¹ 1871-72 não está disponível

² 1880-81 não está disponível

³ 1904 não está disponível

Referências Bibliográficas

A lista das referências bibliográficas inclui todas as fontes que foram consultadas ao longo da monografia.

Documentos históricos

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano V – 1939/1940. 1.428 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed – 1990. 642 p.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. **Quadros synopticos da receita e despeza do Brazil: período de 1822 a 1913**. Typographia do Ministerio da Agricultura. 1914, 147 p.

Ministerio da Fazenda. **Balanço da Receita e Despeza do Imperio no exercício 1856-1857, e estado da divida activa e passiva**. Typographia Nacional, 1859, 335 p.

Comissão encarregada da revisão da tarifa das alfandegas do Imperio. **Documentos estatísticos sobre o commercio do Império do Brasil nos annos de 1845-1849**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1853. Paginação irregular.

Livros

DE MELLO, E. C. **A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2004, 259 p.

EISENBERG, PETER L. **The sugar industry in Pernambuco: Modernization Without Change, 1840-1910**. 1. ed. Berkeley: University of California Press, 1974, 289 p.

LEFF, N. H. **Underdevelopment and Development in Brazil – Vol. II: Reassessing the Obstacles to Economic Development**. 1. ed. Boston: George Allen & Unwin, 1982. 140 p.

BALBI, ADRIANO. **Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise.** 1 ed. Paris: Rey et Gravier Libraires, 1822, 232 p.

BALBI, ADRIANO. **Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve.** 1 ed. Paris: Rey et Gravier Libraires, 1822, 480 p.

GREENAWAY, D., MILNER, C. **Trade and industrial policy in developing countries: a manual of policy analysis.** 1 ed. Londres: The Macmillan Press, 1993, 265 p.

BASTOS, TAVARES. **A província: estudo sobre a descentralização no Brazil.** 1 ed. Rio de Janeiro: Editora B.L. Garnier, 1870, 424 p.

CARREIRA, L. C. **História financeira e orçamentaria do Imperio do Brazil desde a sua fundação.** 1 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, 796 p.

_____. **O orçamento do Imperio desde sua fundação.** Typographia Nacional. 1883, 70 p.

SOARES, S. F. **Elementos de estatística compreendendo a teoria da sciencia e a sua aplicação á estatística comercial do Brasil.** 1 ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865, 341 p.

Artigos

PIMENTA, J. P. G. The Independence of Brazil: a review of the recent historiographic production. **E-Journal of Portuguese History**, Porto, vol. 7, n.1, pp.1-21, 2009.

VILLELA, A. A.. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 37, n.2, pp. 247-274, 2007.

DONGES, J.B, BANERJI, RANADEV. The domestic resource cost concept: Theory and an empirical application to the case of Spain. **Kiel Working Papers**, no. 24, 38 p., 1974.

MORTARA, G. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstituição das estatísticas do movimento da população do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, vol. III, n.5, pp.41-43, 1941.

Artigos em periódicos

DE MELLO, E.C. Raízes da desigualdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 de abril de 2005, São Paulo, ano 85, n. 27.759, p. 3.

Teses

FILHO, H.P.M. **Um século de pernambucanos mal contados: estatísticas demográficas nos oitocentos**. 2005. 186 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ARRUDA, J. J. A. **O Brasil no comércio colonial (1796-1808)**. 1972. 626 p. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILLELA, A. A. **The political economy of Money and banking in Imperial Brazil, 1850-1870**. 1999. 332 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia e Ciência Política, London School of Economics, Londres.

Textos para discussão

ABREU, M. P. **A economia brasileira 1930-1964**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010. 44 p. (Texto para discussão No. 585).

ABREU, M. P, LAGO, L.A.C. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010, 44 p. (Texto para discussão No. 584).